

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
SUBSECRETARIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

CONTROLE DE ADINS-PR					
www.stf.gov.br – Pesquisa simultânea de Jurisprudência					
ADIN Nº	DISPOSITIVO LEGAL	DISPOSITIVO QUESTIONADO	ASSUNTO	JULGAMENTO DA LIMINAR DATA	JULGAMENTO FINAL DATA
4317-0	Lei nº 16023, de 2008	Art. 008º, § 002º, inciso 00I e 0II , art. 16, §§ 001º e 002º e art. 021 e § único	Quadro de pessoal do Poder Judiciário	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4287-4	Resolução do Senado nº 098, de 1998 e Resolução nº 047, de 2007	Parágrafos 007º e 008º, do art. 002º	Operação de crédito	Sem liminar	Aguardando julgamento
4259-9	Lei nº 8736, de 26 de março de 2009, do Estado do Paraná .	Lei nº 8736, de 26 de março de 2009, do Estado do Paraná .	FAT	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento

4257-2	Lei nº 16109, de 18 de maio de 2009		UNICENTRO, UEPG, VIZIVALI - DIPLOMAS	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4256-4	Resolução nº 048, de 18/12/2007-CNJ		Requisitos para provimento do cargo de Oficial de Justiça	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4248-3	Lei Estadual nº 7297 e Lei nº 14925/2005	Parágrafo 003º do art. 081	Alteração do CODJ	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4243-2	Lei nº 14277, de 30/11/2003;	Resolução nº 010, de 2005	CODJ	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4221-1	Lei nº 15349, de 22/12/ 2006	Lei nº 15349, de 22/12/ 2006	Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4167-3	Lei nº 11738, de 16 de julho de 2008.	Art. 002º, §§ 001º e 004º, art. 003º, "caput", 0II e III, e art. 008º	Piso salarial para magistério	Acórdão, DJ 30.04.2009.	Aguardando julgamento
4152-5	Decreto nº 52381, de 19 de novembro de 2007, do Estado de São Paulo.			Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4104-5	Constituição Estadual EC 17/2006	Art. 56	Votação/deliberações na AL por maioria de votos	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4095-2	Res. 102/2007			Prejudicada Negado 26/6/2008	Decisão monocrática Negado seguimento 26/6/2008
4016-0	Lei Estadual nº 15747/2007	Art. 003		Liminar Indeferida	Aguardando julgamento

				01/8/2008 Acórdão, DJ 24.04.2009	
3984-9	Lei nº 13.790/2006 – SC		Institui o Programa de Revigoração do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas de Santa Catarina – PRÓ-CARGAS/SC	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3968-7	Lei nº 15.512/2007	Art. 2º, caput e § único; art. 5º, caput e § único; art. 9º, parte final	Incidência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3948-2	Lei Complementar nº 120		A Assembléa Legislativa instituirá Plano de Previdência Social aos deputados estaduais	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3947-4	Resolução nº 23/1996	Art. 4º e anexo	Os resíduos inertes não estão sujeitos a restrições de importação	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3945-8	Constituição Estadual	Art. 56, § único (acrescentado pela EC 17/2006)	As deliberações da Assembléa Legislativa e suas comissões serão tomadas por maioria de votos	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3939-3	Portaria nº 35/2006 Secretaria Comércio Exterior	Art. 41, caput	Licença de importação de pneumáticos recauchutados e usados	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3938-5	Decreto Presidencial nº 3179/1999	Art. 47-A	Multa em caso de importação de pneu usado ou reformado	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3936-9	Lei nº 10.689/1993 Decreto nº 5141/2001	Art. 2º Art. 50, §§ 36, 37 e 38	Concessão de benefícios fiscais de ICMS	Deferida 09/11/2007 Acórdão, DJ 09.11.2007	Aguardando Julgamento

3912-1	Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público	Art. 19, inc. VII; arts. 81, 82, 86, 87, 90 e 92	Processo disciplinar contra membro do Ministério Público e servidores	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 16/07/2007
3885-1	Lei nº 15.227/2006		Garrações de água reutilizáveis poderão ser usados por empresas concorrentes	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3837-1	Lei Complementar nº 63/1990	Art. 4º, § 1º	Critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências aos municípios	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3815-0	Lei Complementar nº 113	Art.138, inc. I, § 3º; art.140, inc. III, §§3º e 4º	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3803-6	Lei nº 15.182/2006		Concede redução de cálculo de base do cálculo do ICMS nas operações que específica	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3796-0	Lei nº 15054/2006		Dispõe sobre questões relativas à administração tributária do ICMS	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3794-3	Lei Complementar nº 93	Arts. 6º, 7º e 8º	Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda e dá outras providências	Sem Liminar	Aguardando Julgamento
3790-1	Lei nº 14.999/2006		Faculta a utilização do limite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13971/2002	Prejudicada	Decisão Monocrática – Indeferida Inicial 11/09/2006
3789-7	Lei nº 15.003/2006		Nomenclatura Brasileira de	Aguardando	Aguardando

			Mercadorias (acrescenta letra Z)	Julgamento	Julgamento
3770-6	Lei nº 7.257/1979	Arts. 2º e 4º, com redação dada pela Lei nº 9.174/89	Legislação tributária relativa à taxa de segurança	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3769-2	Lei nº 9.227/1990	Art. 15	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimentos de hospedagem registrar-se em órgãos policiais	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3767-6	Lei Complementar nº 116/2006		Quotas de produtividade devidas aos auditores fiscais , constituem parcela de remuneração e proventos de aposentadoria .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3757-9	Lei nº 14.808/2005		Assegura aos estabelecimentos de ensino superior , a organização de centros acadêmicos e diretórios .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3749-8	Lei nº 15.118/2006		Piso salarial para o Estado do Paraná	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3748-0	Lei nº 14.954/2004 Acórdão nº 9911/CSM	Art. 6º, § único; art. 9º, inc. I ao IV; art. 11, inc. II e III	Estabelece normas e critérios para concursos de remoção nos serviços notariais e de registro .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3739-1	Lei nº 15.000/2006		Dispensa de parte da jornada de trabalho a servidora responsável por pessoa deficiente	Prejudicada	Procedente 29/06/2007
3717-0	Lei nº 10.236/1992		Institui a taxa de segurança preventiva , cria o Fundo de Modernização da Polícia Militar	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3690-4	Lei nº 14.970/2005		Proíbe utilização de catracas eletrônicas nos veículos de	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

			transporte coletivo.		
3664-5	Decreto nº 28.104/2001 – RJ		Altera o Regulamento do ICMS – refino do sal para alimentação e produção de carbonato de sódio	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3645-9	Lei nº 14.861/2005 Decreto nº 6253/2006	Lei nº 14.861	Regulamenta o direito a informação quanto aos alimentos e ingredientes alimentares que sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados	Prejudicada	Procedente 01/09/2006
3616-5	Lei nº 12.058/2005 – SP		Institui isenções de ICMS	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3614-9	Decreto nº 1557		Município que a Polícia Civil não contar com Delegado de Polícia , o atendimento deverá ser prestado por Subtenente ou Sargento da Polícia Militar	Prejudicada	Procedente 23/11/2007
3612-2	Lei nº 14.832/2005		Fica transformada em autarquia a EMATER sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/PR	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3607-6	Dec. 1721/2004 SC	Art. 218 a 226	Programa COMPEX - SC	Prejudicada	Prejudicada 4/12/2006
3588-6	Decretos nºs 15294, de 2001 e 15439, de 2001		ICMS Rio Grande do Norte	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
3583-5	Lei nº 13.571/2002	Lei nº 13.571 Art. 1º, § único	Derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná.	Sem Liminar	Procedente em parte 14/3/2008

3564-9	Lei Complementar nº 109/2005		Ação regressiva contra agentes públicos deverá ser promovida pela PGE	Deferida 05/06/2006	Aguardando Julgamento
3554-1	Lei nº 14.590/2004		Enquadramento de ocupantes e cargos do Instituto Agrário do Paraná	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3547-9	Lei nº 14.582/2004		Dispõe sobre o uso das florestas e demais vegetações nativas consideradas reserva legal e devem representar 0,20%	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3544-4	Acórdãos nº 9768 e 9846 CSM/PR		Os magistrados poderão exercer atividade noturna e aos sábados o cargo de magistério	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3530-4	Decreto nº 2.870/2001 – SC (com alterações pelos Decretos nº 1081/2003, 1348/2004 e 1519/2004)	Art. 60, § 1º, inc. II, alín. “b”	Recolhimento de imposto até décimo dia após encerramento do período de apuração	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3521-5	Lei Complementar nº 94/2002	Arts. 42 e 43	Os instrumentos de delegação da prestação de serviços públicos de competência da AGÊNCIA , submetem-se ao seu poder de regulação e fiscalização.	Prejudicada	Procedente em parte 16/03/2007
3517-7	Lei nº 14.277/2003	Art. 119, inc. III; art. 254, alín. “g”; art. 233, alín. “a”; art. 74; art. 261; art. 288, inc. V, VII, e	Dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

		IX; art. 295			
3485-5	Lei nº 12.358/1998	Arts. 10 e 11	Dispõe sobre o concurso para ingresso nos serviços notariais e de registro	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado 07/06/2005
3476-6	Lei nº 14.590/2004 Decreto nº 4.306/2005 Lei nº 14.590/2004		Enquadramento de ocupantes e cargos do Instituto Agrário do PR	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 23/06/2005
3422-7	Lei nº 13.214/2001	Art. 2º, inc. I e § 1º; art. 4º, alín. “b”	Altera legislação relativa ao ICMS	Prejudicada	Procedente 15/06/2007
3421-9	Lei nº 14.586/2004		Proíbe cobrança de ICMS nos serviços públicos estaduais a igrejas e templos	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3410-3	Decreto nº 43.891/2004 – MG (alterou o Decreto nº 43.080/2002)		Altera o Regulamento do ICMS	Prejudicada	Improcedente 08/06/2007
3273-9	Lei nº 9.478/1997	Art. 26, caput e § 3º; art. 28, inc. I e II; art. 37, inc. I e § único; art. 43, inc. II e § único; art. 51, § único; art. 60	Dispõe sobre a política energética nacional , atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo	Prejudicada	Improcedente 02/03/2007
3264-0	Lei nº 14.277/2003	Arts. 120, 122, 192, 195, 197, 235, 240	Denominam-se agentes delegados os ocupantes da atividade notarial e de registro do foro extrajudicial (CODJ/PR)	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3253-4	Lei nº 14.351/2004 na parte em que inseriu o art. 299 da Lei nº 14.277/2003	Art. 299	Remoção de agente delegado com aprovação do Conselho da Magistratura (CODJ-PR)	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

3248-8	Lei nº 14.351/2004	Art. 299	Remoção de agente delegado com aprovação do Conselho da Magistratura (CODJ-PR)	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3220-8	Lei Complementar nº 102/2004 altera o art. 155, inc. XIII da Lei Complementar nº 85/1999		Altera a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná	Indeferida 06/05/2005	Aguardando Julgamento
3210-1	Lei nº 9.198/90 exceto os arts. 6º e 7º Lei nº 10.827/94		Contratação excepcional de servidores em caso de interesse pela Administração Pública	Sem liminar	Procedente 03/12/2004
3075-2L	Lei nº 14.235/2003		Proíbe a exclusividade de Instituição bancária no sistema de contas e arrecadação aos tributos estaduais sem respectivo processo licitatório	Deferida 18/06/2004	Aguardando Julgamento
3071-0	Resolução nº 04/2000 (TJPR)	Art. 2º, §3º	Na promoção de magistrados se não for o caso de antiguidade, será publicado edital de promoção por merecimento	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3055-8	Lei nº 11.766/1997		Obrigatório transitar com os faróis acesos nas rodovias estaduais	Sem liminar	Procedente 03/02/2006
3054-0	Lei nº 14.162/2003	Arts. 1º, 2º e 5º	Veda cultivo, manipulação, importação (...) e financiamento rural de organismos geneticamente modificados (transgênicos)	Prejudicada	Procedente 14/10/2005
3042-6	Constituição Estadual	Art. 16, inc. V, alín. "a" e "l"	Número de vereadores deverá ser proporcional a população do município	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3035-3	Lei nº 14.162/2003		Veda cultivo, manipulação, importação (...) e financiamento rural de	Deferida 12/03/2004	Procedente 14/10/2005

			organismos geneticamente modificados (transgênicos)		
2963-1	Lei nº 10.020/1992		Limite de remuneração dos servidores do Poder Judiciário	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada 02/09/2003
2953-3	Instrução Normativa nº 01/2003 TRT – 9ª Região	Art. 10, § 2º; art. 15, §3º; art. 17, §5º	Regulamenta a requisição de valores devidos pela Fazenda Pública - atualização dos precatórios com correção monetária	Retirado de pauta 02/2/2006	Aguardando Julgamento
2945-2	Lei nº 13.757/2002 Lei nº 13.803/2002		Quadro de Funcionários do TJPR – institui o Agente Fazendário no Estado	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2944-4	Lei nº 13.667/2002		Institui quadro próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná em substituição ao Quadro Geral do Estado	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2926-6	LC 98/2003 LC 89/2001 Constituição Estadual	Art. 33, §9º	Altera dispositivos do Estatuto da Polícia Civil	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2904-5	LC 14/1982 Com nova redação dada pelo do art. 1º da LC 93/2002	Art.176, inc. I, alín. “a” e “b”, II, III	Contagem de tempo para fins de aposentadoria	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2844-8	Lei nº 12.909/2000	Art. 1º, § 1º	Incluir no edital de venda do Banestado , manutenção de exclusividade das contas de depósito do sistema de arrecadação dos tributos estaduais (...)	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2832-4	Lei nº 13.519/2002		Torna obrigatória informações no	Prejudicada	Procedente em parte

			rótulo de embalagens de café comercializadas no Estado.		20/6/2008
2791-3	Lei nº 12.398/1998	Art. 34, § 1º	Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o IPE em PARANAPREVIDÊNCIA	Prejudicada	Procedente 24/11/2006
2790-5	Lei nº 13.755/2002		Veda cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviço público sem a correspondente prestação do serviço	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2722-1	Lei nº 13.670/2002	Art. 3º, caput e inc. I, II, III, § 1º; art. 4º, §2º; art. 7º	Institui o Programa de Incentivo ao produtor de Algodão - ICMS	Prejudicada	Procedente 19/12/2006
2702-6	Lei nº 12.949/2000 (nova redação ao art. 1º da Lei nº 4.245/1960)		Divisa de municípios (Moreira Sales)	Prejudicada	Procedente 06/02/2004
2697-6	Lei nº 13.463/2002		Proíbe venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis, localizados em perímetros urbanos (postos de gasolina)	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada 31/03/2004
2696-8	Lei nº 13.611/2002		Tabelas do Regimento de Atos Judiciais – custas processuais	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2694-1	Decreto nº 5.003/2001 Decreto nº 5.164/2001	Art. 2º, caput e § único Art. 1º, caput, §§1º, 2º e 3º	Precatórios judiciais pendentes para pagamento	Prejudicada	Decisão monocrática prejudicada 5/11/2008
2688-7	Lei nº 13.561/2002		Auxílio transporte a Polícia Civil e	Aguardando	Aguardando

			Militar – isenção de ICMS na aquisição de veículo popular	Julgamento	Julgamento
2647-0	Lei nº 13.436/2002 Decreto nº 5.267/2002		Disponibiliza ao Poder Executivo, valores de depósitos judiciais, de valores referentes a tributos estaduais	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2644-5	Lei nº 13.279/2001		Ficam fixadas no valor de 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo DETRAN/PR	Prejudicada	Procedente 29/08/2003
2639-9	Emenda Constitucional nº 14/2001 (inclui-se no art. 40 da Constituição Estadual)		Os terceiros de boa fé serão indenizados por prejuízos matérias, advindos de ato de exceção ocorrido no período revolucionário	Prejudicada	Procedente 04/08/2006
2618-6	Provimento nº 34/2000 CGJ/PR		A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado, para agendamento de audiência nos Juizados Especiais	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 03/05/2002
2616-0	Emenda Constitucional nº 10/2001 (com nova redação aos arts. 46 e 50 da Constituição Estadual)		A segurança pública é composta pelos seguintes órgãos: Polícia Civil, Militar e Científica	Aguardando Julgamento	Retirado de pauta 10.09.2009
2575-9	Emenda Constitucional nº 10/2001 (com nova redação aos arts. 46 e 50 da		A segurança pública é composta pelos seguintes órgãos: Polícia Civil, Militar e Científica	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada 20/02/2003

	Constituição Estadual)				
2572-4	Lei nº 13.132/2001		Reserva de assentos em salas de projeções, teatros, cinemas e transporte coletivo para pessoas obesas	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2552-0	Lei nº 11.253/1995 Lei nº 12.355/1998		Autoriza o Governador do Estado a alienar ações da COPEL	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto Processo 27/11/2001
2548-1	Lei nº 13.212/2001 Lei nº 13.214/2001	Art. 2º, inc. I, II, §§ 1º e 2º; art. 4º, §1º c/c art. 2º Art. 2º, inc. I, II e § 2º; art. 3º, inc. I,II, IV; art. 4º, alín. “a” e “b”; art. 5º	Imposto incidente sobre as saídas sucessivas de aves vivas com destino a outro estado, exterior e consumidor	Prejudicada	Procedente 15/06/2007
2529-5	Lei nº 13.133/2001	Arts. 4º e 6º	Cria o Programa de Incentivo a Cultura e recursos com que contará	Sem liminar	Procedente 06/09/2007
2493-1	Constituição Federal	Arts. 25 e 37, inc. X	Remunerações de servidores somente poderão ser alterados por lei específica	Sem liminar	Procedente 22/03/2002
2483-3	Constituição Estadual (com redação EC 09/2001)	Art. 77, § 2º	Dispõe sobre a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas	Deferida 21/02/2003	Aguardando Julgamento
2477-9	Lei nº 13.132/2001	Arts. 1º, 2º e 4º	Reserva de assentos em salas de projeções, teatros, cinemas e transporte coletivo para pessoas obesas	Deferida 19/12/2001	Aguardando Julgamento
2453-1	Constituição	Art. 54, inc. X; art.	Compete a Assembléia Legislativa	Deferida	Aguardando

	Estadual (com redação dada pela EC 07/2000)	86, caput	Conceder licença e autorização para Governador e Vice-Governador se ausentarem do país	24/08/2001	Julgamento
2431-1	Decreto nº 45.490/2000	Arts. 53 e 106, livro I; art. 13, anexos II; arts. 9º e 10, anexo III	Aplica-se alíquota de 7% nas operações internas dos produtos indicados – ICMS	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado 02/02/2007
2427-2	Lei nº 10.818/1994 Lei nº 10.704/1994		Cargos em Comissão de Assistente de Segurança Pública	Deferida 08/08/2003	Procedente 10/11/2006
2426-4	Ato 158 PGJ/PR	Art. 1º; art. 5º, caput e inc. 3º, § único; art. 7º, § único	Instituir na Comarca de Curitiba a Promotoria Especializada de Controle Externo da Atividade Policial	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 16/05/2001
2355-1	Lei nº 12.690/1999		Dispõe que os municípios aplicarão 50% do ICMS nas áreas indígenas	Deferida 29/06/2007	Aguardando Julgamento
2319-5	Constituição Estadual Lei Complementar nº 85/1999	Art. 116, caput e §2º; art. 118, inc. I, alín. “f” Art. 10, §§ 1º a 16	O Ministério Público tem por chefe o Procurador Geral da Justiça , nomeado pelo Governador, após aprovação da Assembléia Legislativa	Deferida 09/11/2001	Decisão Monocrática – Prejudicada 13/06/2002
2309-8	Constituição Estadual (alterada pela EC 07/2000)	Art. 77, inc. I, II, § 2º	Dispõe sobre a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas	Prejudicada	Prejudicado 13/12/2001
2276-8	Resolução nº 382/2000 TRE/PR		Divulgação de voto eletrônico será através de urna eletrônica oficial de propriedade da Justiça Eleitoral	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada 03/11/2000
2242-3	Constituição Federal	Art. 93, inc. VI (redação dada pela	Aposentadoria de magistrados e pensão de seus descendentes	Prejudicada	Não conhecido 19/12/2003

		EC 20/1998)			
2208-3	Constituição Estadual	Art. 54, inc. XVII, XIX, alín. "a"; art. 77, §§ 1º, 2º, inc. I, II e 5º; art. 87, inc. XV e XVII; art. 53, § único do ADCT	Escolha de conselheiros do Tribunal de Contas compete privativamente a Assembléia Legislativa	Deferida 13/12/2001	Procedente em parte 25/06/2004
2189-3	Lei nº 12.398/1998	Art. 28, inc. I; art. 78, caput e § 1º, alín. "b" e "c"	Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná PARANAPREVIDÊNCIA	Deferida 09/06/2000	Retirado de pauta 10.09.2009 Publicação pendente
2166-4	Decreto nº 3.708/1997		Estabelecimentos importadores poderão ser enquadrados nos incentivos fiscais do Regulamento do ICMS	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 05/06/2002
2158-3	Lei nº 12.398/1998	Art. 28, inc. I; art. 69, inc. I; art. 78, inc. I e II; art. 78, § 1º, alín. "b" e "c"; art. 79	Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná PARANAPREVIDÊNCIA	Deferida em parte 01/09/2000	Retirado de pauta Pendente
2155-9	Decreto nº 2.736/1996	Art. 15, III, d, art. 51, IV, §§3º e 4º; art. 51, V e § 5º; art. 51, XV e § 15; artigo 51, XVI e § 15, item 6 da tabela I do Anexo II; art. 51, XVII e § 16; art. 54, inc. I; art. 57, § 1º; art. 78; art. 92-A; art. 572 a 584, item	Alterações no Regulamento do ICMS	Deferida em parte 01/06/2001	Decisão Monocrática – Prejudicada 04/06/2001

		78 do anexo 1; item 6 da Tabela I do Anexo II, item 7 da Tabela I do Anexo II, Item 10 da Tabela II do Anexo II; item 17, da tabela I do Anexo II, item 22 da Tabela I do Anexo II			
2143-5	Lei nº 12.216/1998	Art. 3º, inc. VII	Cria o FUNREJUS Valor de 0,2% sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticado pelos Cartórios de Protestos de Títulos, Registros de Imóveis, títulos de Documentos e Tabelionatos	Prejudicada 01/03/2000	Aguardando Julgamento
2097-8	Decreto nº 1.142/1999		Alterações no Regulamento do ICMS	Deferida	Prejudicado 16/06/2000
2067-6	Lei nº 10.704/1994		Criação de cargos em comissão na Secretaria do Estado da Segurança Pública	Prejudicada	Não Conhecido 20/10/2000
2059-5	Lei nº 12.216/1998	Art. 3º, inc. VII	Cria o FUNREJUS Valor de 0,2% sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticado pelos Cartórios de Protestos de Títulos, Registros de Imóveis, títulos de Documentos e Tabelionatos	Indeferida 21/09/2001	Improcedente 09/06/2006
2042-1	Lei nº 10.325/1999 – SP	Art. 1º	Dispõe sobre o regime tributário simplificado da e de pequeno porte no Estado de São Paulo	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 07/12/1999

2040-4	Lei nº 11.960/1997		Tabela de Custas Judiciais	Deferida em parte 25/02/2000	Aguardando Julgamento
1980-5	Lei nº 12.420/1999		Assegura ao consumidor obter informações sobre a natureza e procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores do Estado do Paraná	Indeferida 25/02/2000	Aguardando Julgamento
1963-5	Lei nº 12.354/1998 (nova redação ao art. 10, § 1º, da lei nº 7.051/1978)		Nomeação de cargos em comissão pelo Chefe do Poder executivo entre funcionários do grupo operacional	Deferida 07/05/1999	Decisão Monocrática – Prejudicada 10/10/2002
1958-9	Lei nº 12.420/1999		Assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 04/03/1999
1956-2	Lei nº 12.398/1998		Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná - PARANAPREVIDENCIA	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
1911-7	Lei nº 12.214/1998	Art. 8º	Estabelece limites percentuais da receita geral do Estado, para elaboração de propostas orçamentárias (Poder Judiciário)	Deferida 12/03/99	Decisão Monocrática – Prejudicada 01/08/2002
1909-2	Lei nº 12.317/1998	Art. 3º, §§1º, 3º e 5º	Institui na estrutura do SEJU o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná	Prejudicada	Prejudicado 25/06/1999

1864-9	Lei nº 11.970/1997	Art. 1º; art. 3º, inc. I, III, IV; art. 6º; art. 7º; art. 11; art. 15, § 1º, inc. II, III, IV; art. 16, §1º; art. 17, inc. I, VII; art. 18; art. 19, §3º; art. 22	Institui o PARANAEDUCAÇÃO	Prejudicada	Procedente em parte 08/08/2007
1784-5	Lei nº 273/1993 (município de Roncador)		Previdência Social dos servidores municipais	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 17/02/1998
1744-3	Resolução nº 117/1997 Senado Federal		Expedição de certidão pelo Tribunal de Contas	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado 30/06/2004
1695-2	Constituição Estadual Lei nº 10.219/1992	Art. 35, § 2º Art. 70, § 2º	Tempo de serviço público federal, estadual, municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade	Deferida em parte 30/10/1997	Procedente em parte 28/05/2004
1569-9	Provimento nº 63/1996 TRF - 4ª Região		Procedimentos investigatórios , relativos a ações praticadas por organizações criminosas poderão ser apreciados nos limites territoriais de cada Seção Judiciária por juizes federais	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada 01/12/1997
1444-7	Resolução nº 07/1995 TJPR		Estabelecer o Módulo do Valor de Referência (VRC)	Deferida 29/08/1997	Procedente 11/04/2003
1437-4	Lei nº 11.189/1995		Novo modelo de atenção a saúde mental consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico , por uma rede integrada de variados serviços	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 03/05/1996

			assistenciais de atenção sanitária e social		
1373-4	Lei nº 9.342/1990 Resolução nº 03/1995 ALPR		Criação do município de Pontal do Paraná	Deferida em parte 31/05/1996	Decisão Monocrática – Prejudicado 10/09/1996
1366-1	Provimento nº 88/1993 CGJ/PR		Com a declaração de pobreza as pessoas comprovadamente pobres estarão isentas de custas no registro civil ou averbações de atos relativos a crianças e adolescentes	Prejudicada	Decisão Monocrática – Não Conhecido 09/08/1996
1336-0	Resolução nº 97/1994 PGE		Instituir na Comarca de Curitiba a Promotoria “DE INVESTIGAÇÃO” Criminal, que vinculada à Coordenadoria das Promotorias Criminais	Indeferida 31/10/1996	Não Conhecido 16/10/1998
1327-1	Decreto Federal nº 1.303/1994		Criação de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior	Prejudicada	Não conhecido 20/06/1997
1258-4	Decreto nº 2.665/1993 (alteração nº 150)	Art. 1º	Alterações no Regulamento do ICMS	Prejudicada	Não conhecido 20/06/1997
1246-1	Constituição Estadual	Art. 125, § 2, inc. II	Inamovibilidade dos Procuradores do Estado	Deferida 06/10/1995	Aguardando Julgamento
1242-8	Resolução nº 90/1993 Secretaria Saúde		Aprovar normas para o uso do termo DIET , nos dizeres e rotulagem de alimentos e bebida dietéticas	Sem liminar	Decisão Monocrática – Negado Seguimento
1195-2	Constituição Estadual	Art. 118, inc. I, alín. “d”	Estabelece a organização das atribuições do Estatuto do Ministério Público	Deferida 28/04/1995	Aguardando Julgamento
1190-1	Constituição	Art. 54, inc. XVIII;	Escolha de conselheiros e auditores	Indeferida	Aguardando

	Estadual	art. 77; art. 2º, inc. I e II; art. 87, inc. XV; art. 53, caput e § único do ADCT	do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa	23/02/1996	Julgamento
1163-4	Constituição Estadual	Art. 118, inc. I, alín. "a"	Estabelece a organização das atribuições do Estatuto do Ministério Público	Prejudicada	Aguardando Julgamento
1080-8	Constituição Estadual (acrescentado pela EC 02/1993)	Art. 27, § 11	Nas provas de concurso público não haverá prova oral em caráter eliminatório ou classificatório (Magistratura e Ministério Público)	Deferida 28/02/2003	Procedente, vistas em Plenário, 29.04.2009
1048-4	Constituição Estadual	Art. 16, inc. IV	O município será regido por Lei Orgânica , atendidos os princípios estabelecidos pela Constituição Federal	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado 05/04/2004
981-8	Resolução nº 01/1993 Congresso Nacional		Funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional	Indeferida 05/08/1994	Decisão Monocrática – Prejudicada 09/09/2002
979-6	Constituição Estadual	Art. 54, inc. XVIII	Escolha de conselheiros e auditores do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa	Prejudicada	Procedente 04/11/1994
943-5	Resolução nº 98/1990 ALPR		Remuneração dos deputados estaduais	Indeferida 11/03/1994	Prejudicado 24/11/1995
942-7	Resolução nº 02/1993 TJPR		A remuneração dos desembargadores será estabelecida de acordo com os vencimentos dos deputados federais	Prejudicada	Prejudicado 11/03/1994
934-6	Lei nº 8.666/1993		Dispõe sobre procedimento de licitação	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
926-3	Emenda	Art. 2º, § 2º	Dispõe sobre imposto sobre	Deferida	Prejudicado

	Constitucional nº 03/1993		movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira	06/05/1994	06/05/1994
925-7	Lei nº 10.331/1993		A remuneração mensal do servidor da Administração Pública não terá valor máximo aos valores percebidos como remuneração por Secretário do Estado	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 03/09/1993
919-2	Lei Complementar nº 68/1993		Dispensa o professor de rede pública de estágio probatório , detentor de um primeiro cargo com estágio concluído.	Deferida 03/12/1993	Não conhecido 29/06/2001
906-1	Lei nº 10.331/1993	Art. 6º	Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado	Indeferida 25/03/1994	Decisão Monocrática – Prejudicado 08/03/2002
905-2	Lei nº 10.331/1993	Art. 6º	Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado	Indeferida 22/04/1994	Decisão Monocrática – Prejudicado 07/03/2002
902-8	Decreto nº 36.656/1993 – SP		Introduz dispositivos no Regulamento do ICMS	Deferida 22/04/1994	Decisão Monocrática – Prejudicado 23/10/2001
901-0	Lei nº 10.331/1993	Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, § 3º	Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado	Deferida em parte 04/02/1994	Aguardando Julgamento
893-5	Lei nº 10.331/1993		Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado	Deferida em parte 03/09/1993	Aguardando Julgamento
875-7	Lei Complementar Federal nº 62/1989	Art. 2º e respectivo anexo único	Estabelece normas sobre cálculo, entrega e controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação	Sem Liminar	Pendente, retirado pauta em Plenário , 08.05.2002 .

855-2	Lei nº 10.248/1993		Pesagem de gás liquefeito pelos estabelecimentos que comercializam	Deferida 01/10/1993	Procedente 06/3/2008
833-1	Emenda Constitucional nº 02/1992		Dispõe sobre o plebiscito previsto no ADCT	Indeferida 16/09/1994	Improcedente 16/09/1994
810-2	Lei nº 10.039/1992	Art. 8º, inc. III	Estabelece diretrizes para o orçamento do Poder Judiciário corresponde a 6% da receita geral do Estado	Deferida 19/02/1993	Decisão Monocrática – Prejudicado 20/11/2001
782-3	Lei nº 9.998/1992	Art. 1º	A gasolina comercializada em todo território do Paraná, conterà obrigatoriamente 22% de álcool anidro	Indeferida 20/11/1992	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 03/03/1997
730-1	Resolução nº 06/1991 Resolução Administrativa nº 12/1991 TRT – 9ª Região		Pagamento de diferenças de vencimentos aos servidores do Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região , pela não aplicação do índice de reajuste salarial	Deferida 04/09/1992	Procedente 27/10/1995
709-2	Lei nº 9.048/1989	Art. 1º	Vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça, conselheiros do Tribunal de Contas e Procurador Geral da Justiça do Estado , ficaram fixados em 80% dos percebidos pelos ministros do STF	Prejudicada	Prejudicado 24/06/1994
704-1	Lei Complementar nº 62/1992	Art. 1º	Criação de município e alterações territoriais só poderão ser feitas um ano antes das eleições municipais	Deferida 18/03/1994	Prejudicado 18/03/1994
682-7	Lei nº 9.346/1990		Facultada matrícula escolar antecipada em 1ª série, em crianças	Indeferida 05/06/1992	Improcedente 11/05/2007

			que vierem a completar 6 anos de idade em final do ano letivo		
654-1	Assento nº 04/1988 TJPR	Art. 2º	A promoção dos magistrados far-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça , alternadamente por antiguidade e por merecimento	Deferida 06/08/1993	Procedente em parte 06/08/1993
632-1	Lei nº 8.928/1988		Adicional do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	Indeferida 26/05/1989	Procedente 26/11/93
606-1	Constituição Estadual	Art. 178, inc. VII	A escolha dos dirigentes das instituições de ensino de poder público estadual adotará o sistema eletivo, direto e secreto	Deferida 27/03/1992	Procedente em parte 28/05/1999 Acórdão , DJ 28.05.1999.
584-7	Constituição Estadual	Art. 245	Toda importância recebida pelo Estado da União Federal, a título de indenização ou pagamento do débito , ficará retida a disposição do Poder Judiciário, para pagamento a terceiros , de condenações judiciais	Deferida 22/05/1992	Aguardando Julgamento
523-5	Constituição Estadual	Art. 78, § 3º	As decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso	Sem liminar	Procedente 17/10/2008
522-7	Constituição Estadual	Art. 44	No cálculo dos valores da aposentadoria ou de outros benefícios previdenciários do funcionário público será incluída a título de vantagem pessoal, a diferença entre a remuneração do seu cargo e do cargo de natureza estadual que	Deferida 25/10/1991	Decisão Monocrática – Prejudicado 11/12/2001

			tenha exercido por no mínimo 5 anos		
484-1	Lei nº 9.422/1990 Lei nº 9.525/1991		Cria a disciplina a carreira especial de Advogado do Estado do Paraná em paralelo a de Procurador do Estado	Indeferida 27/03/1992	Procedente Plenário, 12.02.2009
483-2	Constituição Estadual	Art. 25, § único do ADCT	Opção do servidor público estável a disposição de outro órgão diferente da sua lotação de origem, optar pelo órgão em que se encontra prestando serviços	Deferida 25/04/1991	Procedente 29/06/2001
468-9	Constituição Estadual	Art. 96, inc. II e III, alín. "b"; art. 98, § 1º	Dispõe sobre a promoção de juizes de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, autonomia financeira do Poder Judiciário	Deferida 16/04/1993	Aguardando Julgamento
454-9	Lei nº 6.639/1974		Criação do Fundo Estadual de Previdência Parlamentar – FEPPA – Aposentadoria de Deputados, decorrente de contribuição de 8 anos	Indeferida	Não Conhecido 08/05/1992 Acórdão , DJ 19.05.95 .
424-7	Resolução nº 01/1990 TJPR Lei nº 7.567/1982	Art. 31	Alteração do Regimento de Custas	Indeferida 27/03/1992	Prejudicado 15/09/2000 Acórdão , DJ 15.09.2000
384-4	Lei nº 9.056/1989 Decreto nº 6.710/1990		Inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizante e corretivos agrícolas - Agrotóxicos	Indeferida 14/06/1991	Não Conhecido 21/02/2003 Acórdão, DJ 21.02.2003
342-9	Constituição Estadual	Art. 54, inc. XXI	Compete a Assembléia Legislativa celebrar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado do Paraná	Deferida 28/09/1990	Procedente 11/04/2003 Acórdão, DJ 11.04.2003

341-1	Lei nº 9.293/1990		Ficam sem efeito todos os atos que tenham gerado qualquer punição aos integrantes do Magistério e demais Servidores Públicos do Estado do PR, em virtude de interrupção das atividades profissionais	Deferida 14/09/90	Aguardando julgamento
340-2	Lei nº 9.105/1989		Fixa limite máximo da remuneração dos servidores públicos da Administração direta e indireta do Poder Executivo igual a dos Secretários de Estado	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado 19/09/2001
252-0	Lei nº 9.056/1989		Dispõe que a produção, distribuição e comercialização no Estado do Paraná de fertilizantes (...) destinados a agricultura, estão condicionados ao prévio cadastramento perante a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento	Sem liminar	Não Conhecido 21/02/2003
225-2	Constituição Estadual	Art. 98, § 5º	Os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos pela Fazenda Estadual e Municipal e pelas autarquias, no prazo de 30 dias contados da data da apresentação dos precatórios , na ordem cronológica de sua apresentação	Deferida 28/05/2001	Procedente 28/05/2001
210-4	Constituição Estadual	Art. 78, § 3º	As decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso	Sem liminar	Decisão Monocrática – Negado Seguimento 28/06/2001
186-8	Constituição	Art. 54, § 1º e 2º	Os servidores públicos estáveis da	Sem liminar	Procedente

	Estadual		Secretaria da Fazenda, poderão optar pelo reenquadramento no cargo de classe inicial		15/09/1995
175-2	Constituição Estadual	Art. 34, inc. XVIII, alín. "a" e "b", inc. XXI; art. 27, § 7º; art. 46; art. 55; art. 56, §§ 1º, 2º e 3º do ADCT	Direitos dos servidores a licença especial, creche para os filhos e pagamento de remuneração na data de vencimento	Deferida em parte 03/08/1990	Procedente em parte 08/10/1993
161-2	Constituição Estadual	Art. 102; art. 44, caput e § único; art. 60 do ADCT	Criação de três Tribunais de Alçada com sede em Curitiba, Londrina e Cascavel	Deferida 23/02/1990	Decisão Monocrática – Prejudicado 15/06/2005
118-3	Constituição Estadual	Art. 146, § 3º	Incumbe ao Poder Público, sempre através de licitação , a prestação de serviços públicos em caso de transporte coletivo de passageiros	Deferida 03/12/1993	Decisão Monocrática – Prejudicado 15/10/2001
117-5	Constituição Estadual	Art. 48	Cabe à polícia ostensiva a preservação da ordem pública e o soldo não poderá ser inferior ao correspondente aquele dos servidores militares estaduais	Deferida 22/11/1989	Decisão Monocrática – Extinto Processo 31/08/2001
116-7	Constituição Estadual	Art. 77 § 5º; art. 54, alín. "a"	Os auditores e conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador , com aprovação prévia da Assembléia Legislativa	Indeferida 22/11/1989	Procedente 04/11/1994
115-9	Constituição Estadual	Art. 251	Os vencimentos dos auditores e procuradores do Tribunal de Contas do Estado não serão inferiores a noventa e cinco por cento dos vencimentos dos conselheiros	Indeferida 17/11/1989	Procedente 01/07/1993

114-1	Constituição Estadual	Art. 233, § único	Os servidores públicos serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado	Deferida 22/11/2002	Aguardando Julgamento
113-2	Constituição Estadual	Art. 96, inc. VII	CODJ/PR – Diferença de 5% dos vencimentos fixados de uma para outra entrância , não podendo exceder o ministro do STF	Indeferida 15/12/1989	Decisão Monocrática – Prejudicado 10/06/2002
75-6	Lei nº 8.801/1988		Valores ou depósitos judiciais de qualquer serventia da Justiça Estadual deverão ser depositados em agências do Banco do Estado do Paraná	Prejudicada	Não Conhecido 04/09/1992
30-6	Lei Complementar nº 27/1986 Lei nº 8.915/1988	Art. 8º	Criação de distrito se dará por lei estadual mediante representação do município, feita pelo prefeito com aprovação da Câmara	Sem Liminar	Procedente 15/08/1997
27-6	Assento Regimental nº 04/1988 TJPR	Art. 3º, § único	O preenchimento de vagas destinadas ao quinto constitucional será efetivado através de promoção de juízes integrantes do Tribunal de Alçada, Ministério Público e advogados	Deferida 08/03/1989	Procedente 22/06/1990
21-7	Lei nº 8.929/1989	Art. 1º, inc. II, III e IV	Fixa vencimentos dos servidores públicos	Deferida 17/03/1989	Decisão Monocrática – Prejudicado 01/10/2002